

CORRUPÇÃO E PODER POLÍTICO: MEMÓRIA E REGULAÇÃO JURÍDICA

Thaiane Dutra Luz Costa ⁸¹
(UESB/CNPq)

Maria da Conceição Fonseca-Silva ⁸²
(UESB/CNPq)

RESUMO

Neste trabalho, discutimos questões sobre a corrupção e regulação jurídica do poder político. O *corpus* foi constituído de textos teóricos sobre Direito, poder político e corrupção e reportagens da revista *Veja* sobre corrupção política no Brasil, assim como estudos produzidos pela organização *Transparency International* sobre o Índice de Percepção de Corrupção (IPCorr). Na análise, mobilizamos o dispositivo teórico analítico da Escola de Análise de Discurso Francesa. Os resultados mostraram uma crescente preocupação da sociedade e da mídia com o fenômeno corruptivo e, por conseqüência, o reflexo disso na percepção mundial sobre a corrupção política no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Corrupção; Mídia; Política.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa maior “Mídia, cenas validadas na memória discursiva e sentidos da corrupção política no Brasil”. Nos últimos anos os casos de corrupção têm aparecido com mais constância na discursivização da mídia. A análise do fenômeno da corrupção está ligado a valores morais, sociais, à educação e à cultura de um país. Assim, diversas entidades públicas e privadas, preocupadas com a crise moral da administração pública, fizeram pesquisas sobre o tema e concluíram que: na opinião da maioria dos entrevistados, as instituições políticas não são confiáveis; a maioria discorda do uso de

⁸¹ Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Bolsista pelo órgão de fomento à pesquisa CNPQ.

⁸² Doutora em Linguística pela Unicamp. Professora do Curso de Graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Orientadora do presente artigo.

foros privilegiados e da possibilidade de políticos processados na Justiça concorrerem às eleições. Dessa forma, mais de 95% da população crê ser necessária uma reforma política no país. No ano de 2007 foram analisadas 130 ações penais que tramitaram no STF, sendo que a maior parcela delas era referente a crimes contra a administração pública (33,85%), seguida por 16,92% de ações por prática de crimes eleitorais, sendo que do total de ações apenas seis foram julgadas e em nenhuma houve condenação do réu. O órgão Transparency International (TI) produz todos os anos uma pesquisa mostrando o Índice de Percepção de Corrupção dos países a partir de questionários feitos a estrangeiros e a cidadãos dos países em questão. Este estudo vem mostrando uma posição desconfortável do Brasil em relação aos países mais desenvolvidos.

MATERIAL E MÉTODOS

O *corpus* da pesquisa é constituído de textos teóricos sobre Direito Administrativo, poder político e sua relação com o Direito, além de artigos que tratam da relação do fenômeno da corrupção. Ainda, formam o conteúdo teórico da pesquisa textos que mostram a relação do fenômeno corruptivo com outros campos do conhecimento como, por exemplo, a Economia, da mesma forma que os efeitos da corrupção sobre a sociedade. Fazem parte também do *corpus* da pesquisa alguns textos que apresentam resultados de estudos diversos sobre corrupção no Brasil, e textos e apresentam indicadores de corrupção nos países. Na análise, foram utilizados os dispositivos teóricos analíticos da Escola de Análise de Discurso Francesa.

Constituem ainda parte do *corpus* reportagens ou matérias que circularam na revista de informação *Veja*. Primeiro foram feitas a identificação e a catalogação de edições de revistas de informação que tratam do tema corrupção política no Brasil. Em seguida, foram identificadas e selecionadas reportagens relacionadas ao tema

“corrupção política no Brasil”, durante os dois mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, referentes ao período de janeiro de 2003 a dezembro de 2009. Tanto os textos teóricos quanto as reportagens funcionam como campo discursivo de referência da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em termos teóricos, buscou-se investigar os sentidos da corrupção e a regulação jurídica do poder político, visando caracterizar a posição da sociedade em relação à corrupção. Os estudos indicaram que, nos últimos anos, os casos de corrupção revelados na mídia aumentaram, revelando que a sociedade está cada vez mais sensibilizada para este importante tema do abuso de funções públicas. A corrupção está vinculada a valores sociais, à educação e à cultura. A corrupção como falha individual das pessoas envolvidas nunca deixará de existir completamente. Mas a frequência com que ocorre depende basicamente das oportunidades que *sistemas de regulação* oferecem, da chance para que o desvio seja descoberto e provado, da severidade da punição e da probabilidade de sua aplicação. O controle da corrupção deve ocorrer em duas frentes: de um lado os indivíduos envolvidos em corrupção devem ser responsabilizados, o que diminuirá a expectativa da impunidade, um dos fatores responsáveis pela corrupção, atualmente; de outro lado, é necessário desenvolver sistemas de prevenção, incluindo transparência, prestação de contas e fiscalização, que diminuam as oportunidades para novos acordos corruptos.

O número de reportagens veiculadas no ano de 2003, primeiro ano do Governo Lula, é relativamente baixo comparado aos anos seguintes, que indicam um acréscimo de até 376% em relação ao ano de 2005, ano pré-eleição. Há um acompanhamento intenso da mídia em relação às atividades políticas no Governo Lula, o que não significa que tenha havido mais episódios de corrupção durante esse período. O órgão Transparency International (TI) apresenta o índice de percepção

da corrupção no mundo, o IPCorr. Esse índice é resultado de uma pesquisa feita por meio de questionários dentro e fora do país. A análise do IPCorr dos anos de 2003 a 2009, primeiro e segundo mandato do Governo Lula, mostram que há uma considerável queda do índice ao longo desses anos, como também da posição do Brasil no ranking mundial de percepção de corrupção. A tabela 01 indica que há uma proporção entre o número de reportagens sobre corrupção publicadas nas edições da revista Veja nos referidos anos e o resultado do IPCorr do Brasil.

TABELA 01. Relação entre os Índices de percepção de corrupção (IPCorr) do Brasil e a quantidade de reportagens sobre corrupção política em Veja (2003 a 2009):

ANO	Nº. DE REPORTAGENS	ÍNDICE IPCorr	POSIÇÃO DO RANKING IPCorr
2003	38	3.9	54
2004	82	3.9	59
2005	181	3.7	62
2006	134	3.3	70
2007	112	3.5	72
2008	98	3.5	80
2009	94	3.7	75

CONCLUSÕES

Os resultados indicaram que no jogo do encontro da memória com a atualidade a corrupção política é uma realidade no Brasil. Indicaram, ainda, que corrupção se desenvolve mais em sistemas onde há regras pouco claras e contraditórias, onde a chance de ser descoberto é pequena porque não há um sistema de prestação de

contas ou fiscalização, as penalidades são baixas e as possibilidades de postergar a sua aplicação através de recursos são grandes.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, C. W. **Relações entre índices de percepção de corrupção e outros indicadores em onze países da América Latina.** Disponível em: <http://www.transparencia.org.br/docs/onze.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2010.

ABRAMO, C. W. **Corrupção e Responsabilidade Pública.** Disponível em: <http://www.transparencia.org.br/docs/RespPub.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2010.

ALEXANDRINO, M. **Direito administrativo descomplicado.** Rio de Janeiro: Forense, 2009.

AMB. Associação Brasileira dos Magistrados Brasileiros. A imagem das instituições públicas brasileiras. Disponível em: http://www.amb.com.br/portal/docs/noticias/pesquisa_opinioao.pdf. Acesso em: 29 de janeiro de 2010.

AMB. Associação Brasileira dos Magistrados Brasileiros. Juízes contra a corrupção – Diagnóstico da impunidade e possíveis soluções propostas pela AMB. Disponível em: http://www.amb.com.br/portal/docs/noticias/estudo_corrupcao.pdf. Acesso em: 29 de janeiro de 2010.

AMB. Associação Brasileira dos Magistrados Brasileiros. Perfil do eleitor brasileiro: voto, eleições e corrupção eleitoral. Disponível em: http://www.amb.com.br/portal/docs/pesquisa/pesquisa_perfil_eleitor.pdf. Acesso em: 29 de janeiro de 2010.

SILVA, M. F. G. **A economia política da corrupção.** Disponível em: <http://www.transparencia.org.br/docs/MFernandes1.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2010.

SILVA. O. J. **Poder Político e Direito. Juridicidade do Poder Político: Evolução histórica e doutrinária. Regulação Jurídica do Poder Político.** Disponível em:

<http://www.prgo.mpf.gov.br/doutrina/OSMAR-10.htm>. Acesso em: 29 de janeiro de 2010.

SPECK. B. W. **Corrupção prevenção e controle.** Correio Braziliense, 23 de março de 2004.

<http://www.transparency.org>. Acesso em: 19 de junho de 2010.